

## **Núcleo de documentação e memória do Colégio Pedro II: entre o direito e o dever de resgatar o itinerário escolar**

### **Center of documentation and memory of the Pedro II Scholl: between the right and the duty to rescue the school itinerary**

Enviado em 06 de Novembro de 2016

Aceito em 30 de Dezembro de 2016

CARDOSO, Tatyana Marques de Macedo<sup>1</sup>

CÔRBO, Priscila de Assunção Barreto<sup>2</sup>

PIMENTA, Ricardo Medeiros<sup>3</sup>

#### **Resumo**

O presente artigo tem como propósito apresentar o potencial informativo dos documentos históricos pertencentes ao Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II como prova e informação/testemunho da história da educação brasileira. Trata-se de uma discussão acerca desse espaço como um “lugar de memória” e de direito à memória. Demonstra que a referida instituição de ensino possui uma documentação significativa para a pesquisa ocupando um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstruir o seu itinerário escolar. Ressalta a importância do desenvolvimento de ações e iniciativas para a preservação dos acervos de memória escolar uma vez que seus registros documentais possibilitam a obtenção de notícias e informações sobre o passado histórico-educativo. Conclui-se que a constituição de políticas de preservação e a

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - (PPGCI/IBICT-UFRJ).

<sup>3</sup> Doutorado em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

implementação de repositório institucional devem ser pensadas como forma de garantir o direito à memória, a democratizar o acesso do pesquisador à informação, preservar e documentar o patrimônio histórico-institucional, bem como a memória nacional, atendendo aos objetivos e finalidades institucionais.

Palavras-chave: Núcleo de Documentação e Memória - Colégio Pedro II, Lugar de Memória, Direito à Memória.

### **Abstrac**

This article aims to present the potential information from historical documents that belong to the Documentation and Memory Center of Pedro II School as evidence and information/testimony to the history of Brazilian education. It is a discussion of this space as a "place of memory" and the right to memory. It demonstrates that such educational institution has a significant documentation to research and it occupies a central reference place in the universe of information sources that can be used to rebuild their school itinerary. It emphasizes the importance of developing actions and initiatives for the preservation of the school memory collections, since their documentary records make it possible to obtain news and information about the historical and educational past. It concludes that the establishment of preservation policies and the institutional repository implementation should be designed in order to guarantee the right to memory, to democratize the researcher access to the information, to preserve and to document the historical and institutional heritage, as well as the national memory, meeting the goals and institutional purposes.

Keywords: Documentation and Memory Center - Pedro II School, Place of Memory, Right to Memory.

### **Introdução**

Este ensaio tem como objeto a mobilização social de pescadores da Praia do Paquetá, tradicional ponto de lazer para os moradores da cidade de Canoas. A Praia está localizada em zona de urbanização secundária, na margem esquerda do Rio dos

Sinos, em Área de Preservação Permanente (APP) na Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Jacuí. O poder público municipal reconhece o local como referência para a prática da pesca artesanal e como balneário.

As linhas que seguem buscam constituir espécie de ressonância, enquanto conjunto de reflexões, ao célebre conceito de “lugares de memória” (NORA, 1993) enquanto espaços possíveis de afirmação de direitos. Sendo assim, o presente trabalho discorre sobre uma instituição secular de ensino, o Colégio Pedro II e o seu Centro de Documentação e Memória, que congrega um conjunto de documentos e objetos que marcaram o processo de escolarização de uma determinada época. Destacamos, especialmente, o acervo documental do Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM) como parte do patrimônio material da referida escola, imprescindível para a história da educação brasileira.

É sabido que os fatos históricos que marcaram a vida do Colégio Pedro II e, por conseguinte, do país, encontram-se registrados no acervo arquivístico do NUDOM. Os documentos históricos que compõem esse acervo descrevem o resultado das atividades desta entidade, no cumprimento de seus objetivos e finalidades. O valor informacional dos documentos - como *prova* e *testemunho* - serve à reconstrução histórica e à sociedade a medida que também validam não apenas o discurso historiográfico sobre o tema como os capitais simbólicos por trás dos elementos constituintes da imagem e da identidade do colégio.

O Colégio Pedro II foi instituído para ser o “colégio-padrão” do ensino secundário oficial no Município da Corte, servindo de modelo para as aulas avulsas, para os liceus e estabelecimentos particulares das províncias. Tomado como referência do ensino secundário, através de seus programas e de seus livros didáticos, procurou projetar seus métodos pedagógicos e a formação humanística de seu currículo para todas as partes do país. Neste sentido, este acervo se apresenta como de valor inestimável para a Instituição e de alto grau de relevância para pesquisa, pois dimensiona a importância do Colégio no desenvolvimento da Educação Brasileira. Suas fontes têm sido objeto de investigação de diversos

pesquisadores, possibilitando novos e amplos estudos acerca da referida instituição de ensino.

Além dos documentos históricos, parcela significativa da memória institucional se constituiu a partir dos testemunhos de alunos, professores e funcionários, autores que escreveram sobre o papel de destaque assumido pelo Colégio, em muitos momentos de forma singular. Entre memórias individuais e coletivas, o Colégio Pedro II revive sua história e se reafirma como *lugar de memória* (ANDRADE, 1999).

No intuito de perpetuar a memória institucional, o Colégio, através da Comissão de Memória Histórica, promove ações para a preservação do patrimônio histórico-institucional. Além da Comissão, o Laboratório de Digitalização do Acervo Histórico (LADAH) desenvolve atividades de digitalização com o propósito de preservar os documentos históricos do Centro de Documentação e Memória (CEDOM).

Desde a invenção da escrita que existe uma manifesta preocupação pela preservação dos bens culturais que resultam de processos intelectuais e criativos do ser humano. A preservação desses bens permite às gerações futuras compreender e contextualizar a história e a cultura dos seus povos. Neste tocante vivemos hoje o que Hartog menciona como “ardente obrigação do patrimônio” (2006, p.266) onde o mesmo está diretamente relacionado à nossa identidade coletiva e uma espécie de “tradução pública” de dever de memória. Os Centros de Documentação e Memória, que são instituições detentoras de acervos culturais, ou seja, bens culturais tangíveis assumem, neste contexto, um papel determinante, responsabilizando-se pela preservação e longevidade desses acervos que podem ser considerados patrimônios documentais.

Neste contexto, cabe-nos apresentar o potencial informativo dos documentos históricos pertencentes ao Núcleo de Documentação e Memória e refletir sobre esse espaço como um “lugar de memória” e de direito à memória.

## **Colégio Pedro II**

O Colégio Pedro II, fundado em 02 de dezembro de 1837, na cidade do Rio de

Janeiro, constitui-se, hoje, em uma autarquia federal do Ministério da Educação, integrado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica nos termos da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e, equiparado, no que diz respeito a sua estrutura e organização, aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na redação dada pela Lei n. 12.677, de 25 de junho de 2012. Caracteriza-se como uma instituição de ensino básico, profissional e superior, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação básica e de licenciaturas.

Possui oito *campi* localizados no Rio de Janeiro nos bairros do Centro, Duque de Caxias, Engenho Novo, Humaitá, Niterói, Realengo, São Cristóvão e Tijuca. Oferece cursos que vão desde o primeiro segmento do ensino fundamental ao nível médio, além de programas de especialização profissional, cursos de pós-graduação *latosensu* e *stricto sensu*, na área de educação e formação de professores. Destes, três projetos já iniciados: o Programa de Residência Docente; o Mestrado Profissional em Matemática; e, o Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica. Este último tem por objetivo a formação continuada de professores das escolas municipais e estaduais.

O projeto de criação do Colégio de Pedro II estava inserido no contexto da promulgação do Ato Adicional de 1834 que concedia a cada assembleia provincial a responsabilidade de promover a instrução de sua população. O governo imperial permaneceu responsável pelas instituições educacionais do Rio de Janeiro, então sede da corte, e pelo ensino superior. No entanto, a administração central compreendeu que, embora as províncias tivessem liberdade de atuação, era preciso implantar uma instituição de ensino secundário de referência para o restante do Brasil (BRASIL, 1834). Andrade (2007) aponta que o mesmo foi concebido para ser uma instituição que tivesse um caráter nacional e modelar, passando a ser identificada como uma representação institucional e simbólica do governo imperial, assim como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Academia Imperial de Belas Artes. Portanto, o Colégio Pedro II assumia a função de um importante agente no processo de construção de uma imagem de nação, ajudando a consolidar um projeto

civilizatório para a formação dos futuros cidadãos. Para Gasparello (2004), o Colégio de Pedro II era mais do que um estabelecimento de ensino. A sua estrutura curricular livresca, seus professores e seus alunos representavam um projeto de sociedade brasileira civilizada e inspirada no estilo das capitais europeias. Como um lugar de instrução vinculado às universidades europeias, “os critérios do saber erudito que configuram o perfil do Imperial Colégio refletiam o sistema de valores da sociedade da época e o ‘lugar’ da educação no projeto de construção do Estado/Nação” (COLÉGIO PEDRO II, 2000, p.24, grifo do autor).

O Colégio Pedro II se consagrou como um *lugar de memória*, na concepção de Andrade (1999). É uma instituição tradicional dotada de memória e história, em termos institucionais, que vem participando, ativamente para o desenvolvimento da educação no país. Não obstante, também se configura enquanto lugar de memória à medida que há um coletivo de sujeitos sociais que têm em suas narrativas pessoais a presença do referido colégio como lugar comum de suas lembranças e para sua identidade. Nesse sentido, a experiência pretérita, registrada em quaisquer suportes documentais, elucida o colégio como um “ponto luminoso” dessas narrativas daqueles que compreendem e identificam o colégio como um lugar de memória. Na concepção de Pierre Nora (1993) os *lugares de memória* precisam ser ao mesmo tempo materiais, simbólicos e funcionais, porém, em graus diferentes. São lugares materiais aqueles em que a memória se apoia e pode ser apreendida através dos sentidos; os lugares funcionais têm a função de sustentar a memória coletiva; e, é nos lugares simbólicos, que a memória coletiva se expressa e se revela. Segundo o autor: “o lugar de memória é um lugar duplo: um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, sobre sua identidade e recolhido sobre seu nome, mas, constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.” (NORA, 1993, p.27).

Nora (1993) revela, ainda, que nem todos os lugares são considerados *lugares de memória*. É preciso antes de tudo que haja *vontade de memória*. Ou seja, há quem o considere enquanto tal. O Colégio Pedro II demonstrou no decorrer de sua trajetória histórica, não somente possuir, pelo âmbito institucional, essa *vontade de memória*,

como se tornou lugar comum à vontade de seus ex-alunos e ex-funcionários. De fato, no tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II configura-se como uma das “pedras da cidade”, como já assinalara Halbwachs (2004). Seu caráter institucional, híbrido e peculiar, transitou no tempo entre os três pilares: educação, memória e história.

O *campus* Centro, em sua particularidade, pode ser considerado um *lugar de memória*. O prédio deste campus foi tombado em 19 de maio de 1983, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, sendo reconhecido como “um bem nacional” que guarda significativa parcela da memória histórica da Instituição. Hoje, ainda conserva os traços originais de sua fundação. Os amplos corredores e salas e sua imponente arquitetura, desperta memórias dos que passaram por ali, sejam alunos, professores ou funcionários da Casa.

Os autores Antonio Viñao Frago e Agustin Escolano Benito (1998, p.14) examinam, no livro intitulado “Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa”, o caráter disciplinar desempenhado pela arquitetura escolar como parte de um currículo oculto, que impõe um sistema de valores e saberes como ordem e disciplina, definindo o processo de aprendizagem. Os mesmos destacam a importância dos espaços em diversas perspectivas pedagógicas e oferecem aos leitores um conjunto de reflexões sobre o valor patrimonial da cultura escolar. Esta pode ser definida como “as diferentes manifestações das práticas instauradas no interior das escolas, transitando de alunos a professores, de normas a teorias. Englobam fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, dizer e agir”.

Na escola, os objetos, as paredes, os espaços, as plantas, todos os elementos e materiais visíveis ou ausentes não são neutros. Constroem relações com e entre todos aqueles agentes que vivem em um espaço comum. Os objetos escolares não são inócuos, pois nos interpelam, atraem ou repelem. Os objetos e espaços da escola ajudam a construir relações, palpáveis ou invisíveis, a criar um determinado clima, que poderá ser recriado e interpretado com metodologias e critérios etnográficos. Portanto, os objetos físicos e materiais de aula foram e são instrumentos de comunicação, ontem e hoje. (ESCOLANO BENITO; HERNÁNDEZ DÍAZ, 2002, p.224-226).

Os espaços educativos estão dotados de significados traduzidos pela posição



dos objetos, pela configuração dos espaços que determinam certos movimentos e restringem outros, pela disposição da sala de aula e dos outros espaços. No caso do Colégio Pedro II, o pátio, o Salão Nobre e a Sala de Leitura constituem-se como espaço de discussão e interação entre os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Sua funcionalidade histórica tornou-se ritualística, constituindo o arcabouço de tradições culturais, gestuais e estéticas do lugar. O Salão Nobre<sup>4</sup> é o principal local da Casa para a realização das grandes solenidades. Na Sala de Leitura ocorrem eventos de menor porte, pois atualmente esta comporta a Biblioteca Escolar.

Ao longo dos anos, essa tradicional instituição produziu diversos documentos históricos gerados a partir das suas próprias atividades e manteve sob sua custódia valioso acervo raro e coleções especiais que refletem a influência humanística na formação do corpo docente e discente do Colégio Pedro II. Assim, para proteger e manter o seu patrimônio documental fez-se necessário criar espaços destinados à guarda e à preservação de suas fontes, evitando-se os riscos da efemeridade.

Em 04 de agosto de 2014, através da portaria nº 4.231, foi instituído o Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II, no *campus* Centro, que reúne diferentes espaços dedicados à preservação, conservação e divulgação do acervo histórico documental, tais como: o Núcleo de Documentação e Memória – fonte principal de informação para o estudo da história da educação brasileira; a Biblioteca Histórica – que agrupa livros e periódicos do séc. XVI até o início do séc. XX, obras de assuntos gerais nos diversos ramos do conhecimento, grande parte em francês; as Bibliotecas Particulares de Professores da Casa, doadas pelas famílias dos mesmos, que agregam as seguintes coleções: Cândido Jucá Filho, Roberto Bandeira Accioli, Haroldo Lisboa da Cunha, Antenor de Veras Nascentes; e, Hélio Thys.

---

<sup>4</sup>Dentre os eventos mais significativos para a instituição, destacam-se: a “Aula Magna”, solenidade na qual acontece a abertura do ano letivo; a “Pena de Ouro”, prêmio simbólico aos alunos que se destacaram no ensino médio pelo desempenho acadêmico; os ex-alunos com o título de “Alunos Eminentíssimos do Colégio Pedro II” que tiveram sucesso na vida pública, seja política, cultural, ou outra; com o título de “Bacharel *Honoris Causa*”, concedido desde o período imperial ao aluno concluinte do ensino médio; com o título de “Bacharel em Ciências e Letras”, mantido na República e confirmado, por decreto presidencial, em 1937, ano do centenário da fundação do Colégio, aos ex-alunos que igualmente tiveram destaque na vida pública, e continuam referenciando o Colégio Pedro II; o título de “Professor Emérito” aos professores que tenham se destacado ao longo de sua carreira como membros docentes no Colégio; e, a comemoração do aniversário do Colégio em 02 de dezembro.



Além do Núcleo e das bibliotecas, destaca-se no Centro de Documentação e Memória o Museu Histórico, criado na década de 1980, que guarda traços e vestígios de como era o ambiente escolar desde o séc. XIX.

A seguir, apresentaremos o NUDOM, que vem contribuindo ativamente para os propósitos institucionais de preservação das diversas formas de registro da memória, em seus diferentes tipos de suporte.

### **Núcleo de Documentação e Memória Do Colégio Pedro II**

Criado através de Portaria da Direção Geral n. 1.019, em 22 de agosto de 1995, pela iniciativa do diretor-geral do Colégio Pedro II, professor Wilson Choeri, para tratar, preservar e divulgar a produção intelectual da Instituição desde sua fundação, o NUDOM é um núcleo de documentação institucional de pesquisa interdepartamental, que tem por objetivo, além dos mencionados acima, prestar assistência às pesquisas e projetos internos desenvolvidos dentro ou fora do Colégio e dar suporte ao trabalho de pesquisa de graduação e pós-graduação de instituições nacionais e estrangeiras, em diferentes áreas do conhecimento. (SILVA, 2009).

O acervo documental deste Núcleo é composto por um conjunto bibliográfico, iconográfico e arquivístico. Dos itens documentais que compõe o acervo bibliográfico destacam-se os que datam dos primeiros anos da fundação do Colégio, representados por livros didáticos das disciplinas ministradas nos séculos XIX e XX; regulamentos, regimentos e relatórios desde 1838; Programas de Ensino desde 1856; Coleção das Leis do Brasil de 1808 a 1962; teses de concursos para a cátedra de 1878 a 1975; anuários elaborados pelo diretor geral no exercício da função referente ao período de 1914 a 1961; monografias de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação; teses de doutorado e dissertações de mestrado dos funcionários do CPIL, incluindo os trabalhos realizados por pesquisadores externos que retratam a história da educação tendo como fonte o Colégio Pedro II; e, obras de memorialistas, professores e ex-alunos.

Importante ainda destacar, os jornais e revistas estudantis elaborados pelos

alunos do Colégio entre o período de 1920 a 1990, destes: “Sciencias e Letras” (décadas de 1920 e 1930); “O Arauto; “Pronome”; “Muirakitan”; “Ateneu”; “O Atalaia”; e “O Noticiário” (década de 1930); “O Tangará” e “Colmeia” (década de 1940); “Símbolo”; “Internato” e “A Flama” (década de 1950); “O Periscópio” (década de 1980); e, “Declare Guerra” (década de 1990).

O acervo iconográfico é representado por um conjunto de fotografias de professores, alunos, eventos realizados no Colégio, dos *campi*, da Família Imperial, do Rio antigo; álbuns de turmas de alunos; e pinturas.

O acervo arquivístico (ou fundo arquivístico) é constituído por um conjunto de obras manuscritas do século XIX e XX, destacando-se as Atas da Congregação; livros de Atas de Concursos de professores para ingresso no CPIL; primeiro livro de avisos do Imperial Colégio de Pedro II de 1838; livros de Matrícula de funcionários; livros de Exames Preparatórios; ofícios enviados e recebidos; avisos do Ministério do Império; livros de Ocorrências Disciplinares; livros de Colação de Grau e Bancos de Honra; livros de Contabilidade; livros de Nomeações de professores e funcionários. Um quantitativo de aproximadamente 18 mil itens.

Atende a uma média de 200 a 300<sup>5</sup> pesquisadores por ano entre historiadores, educadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, dentre outras especialidades, em nível de graduação e pós-graduação, tendo como áreas de pesquisa: história, educação, memória e patrimônio, entre outras.

Atualmente, o NUDOM desenvolve projetos de pesquisa na comunidade escolar junto aos professores e alunos da Instituição e configura-se como um laboratório de pesquisa. O Programa de Residência Docente, em especial, é um curso de extensão baseado na formação continuada dos professores de Ensino Fundamental e Médio, em atividade nas redes municipal e estadual do Estado do Rio de Janeiro.

---

<sup>5</sup>O Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II possui um formulário padrão que deve ser preenchido pelo pesquisador quando realiza a sua visita ao NUDOM. Nesse formulário o pesquisador informa os seus dados pessoais, o assunto da pesquisa, as publicações de interesse e a data em que realizou a visita. Através desse formulário é possível contabilizar o número de visitantes recebidos.

O Núcleo tem como principal fonte de informação o Fundo Arquivístico do Colégio Pedro II, que está classificado em séries e subséries. Este Fundo remete as atividades de ensino e ao cotidiano da administração escolar nos séculos XIX e XX, através de documentos que foram organizados e avaliados de acordo com a proveniência, o tipo documental, o conteúdo e os potenciais informativos desta documentação. Este acervo histórico retrata a infraestrutura e as funções institucionais, ou seja, suas atividades-meio e atividades-fim. Compreende os documentos gerados por essa Instituição necessários à sua criação, ao seu funcionamento e ao exercício das atividades que justificam sua existência. É, portanto, fundamental para a prática da pesquisa histórica.

Afinal, a ida aos arquivos tem um papel importante no ofício do historiador, pois as fontes primárias, comumente consultáveis por meio das instituições arquivísticas, são ainda hoje, não o único apesar de possivelmente o mais importante, elemento de valor fundamental à pesquisa histórica. De acordo com Nunes e Carvalho (2005),

(...) sucumbe ao risco de girar ao redor de ideias mal-esclarecidas e de estereótipos cristalizados, que se reproduzem em artigos e livros. É evidente que a frequência aos arquivos não constitui por si só a solução para as dificuldades presentes na produção existente, uma vez que a renovação da interpretação histórica exige também o debate sistemático no campo da historiografia e o aprofundamento de certas questões teórico-metodológicas (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 32).

A vinculação entre os arquivos e a história é mediada pelos documentos e pelo uso que o pesquisador, neste caso o historiador, faz deles. Entende-se aqui a expressão documento com o sentido que lhe confere Le Goff (2003), ou seja, em uma dimensão ampliada que ultrapassa a produção escrita. Para este historiador, “a história se faz com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar seu mel, ou seja, com palavras, signos, paisagens” (LE GOFF, 2003, p. 540). O documento é resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu e também das épocas sucessivas durante as quais continuou a existir. O documento é monumento, resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro determinada imagem de si própria.

Atualmente, a história transforma os documentos em monumentos e apresenta uma massa de elementos que é preciso isolar, reagrupar, tornar pertinentes, ser colocados em relação, constituídos em conjunto. O novo documento alargado, transformado deve ser tratado como um documento-monumento, segundo Le Goff (2003).

Como afirma Nunes e Carvalho (2005, p. 33), “a palavra *documento* vem do latim *documentum*, derivado de *docere*, ‘ensinar’ e que evoluiu para o significado de ‘prova’. O uso do termo no vocabulário legislativo foi difundido no século XVII. O seu sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX”. Dessa forma, começava a apresentar relevância para a história, pois se os acontecimentos não fossem registrados, havia o risco de se perderem no tempo. O ofício do historiador, como afirmou Marc Bloch (2001), é constituído pelo estudo dos homens no tempo, inseridos nos processos históricos. Esses homens deixam vestígios de suas vivências e a partir deles, é possível capturar suas trajetórias ou traços do passado. A memória social documentada, quer dizer, acumulada em Arquivos, Bibliotecas e Museus, garante a relação de dependência entre documento e memória.

O passado imprime suas marcas no espaço físico, social, cultural e simbólico. São esses vestígios que tornam possível revisitar o passado na medida em que a memória social elabora representações a partir de experiências e de lembranças partilhadas que acabam por conduzir a novas leituras dos acontecimentos passados. O passado só existe em função de um presente que o constitui como passado, reevocando a sua atualidade. Com efeito, tal afirmação converge à proposição de François Hartog sobre o “presentismo”. Para ele o “presentismo” dá o tom das políticas de memória, das lutas e das disputas por memória, uma vez que é nesse período, do “presentismo”, em que nos encontramos “onde se vive entre a amnésia e a vontade de nada esquecer” (HARTOG, 2006, p. 261). Ao nos aproximarmos do conceito proposto por Hartog, percebemos o evidente câmbio da forma como concebemos algumas relações com o passado: da história-memória para a história-patrimônio. Tal mudança contribuiu em muito para a aproximação das noções de nação, história e identidade junto às perspectivas de “conservação, de reabilitação e

de comemoração” (2006, p.266) empregadas nas políticas públicas.

Assim, memória e história se aproximam e se distanciam, conforme trabalhos já apresentados, em especial, por Le Goff (2003) e Pierre Nora (1993).

Neste sentido, o Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II, bem como o NUDOM, são de extrema importância para a sociedade, pois suas fontes e seus objetos servem de vestígio de uma época, fundamental para a escrita da História. Assim, conservar o patrimônio escolar é preservar a própria história da sociedade, dos homens no tempo, e, conseqüentemente, garantir a esta sociedade o direito à memória.

A propósito dos documentos históricos do Fundo Arquivístico do NUDOM, podemos considerar, a título de preservação, que o acervo se justifica por possuir potencial informativo para a pesquisa, como prova e informação/testemunho para a reconstrução da história institucional e da educação no Brasil. Os documentos probatórios deste acervo histórico mostram como a instituição agia, como as atividades eram desenvolvidas, definiam as diretrizes para os programas de ensino, quem o realizava e como os resultados eram alcançados.

Diante do exposto, podemos considerar que a história do Colégio não poderia ser escrita se não existisse um conjunto de provas e testemunhos onde os documentos, sem dúvida alguma, ocupam um lugar importante para a Instituição, e, sobretudo, para a pesquisa histórica. O NUDOM configura-se não só, como um espaço de preservação e produção da memória institucional, um *lugar de memória*, na acepção de Pierre Nora (1993), mas também como um lugar de direito à memória.

Sendo assim, cabe-nos uma questão: Como podemos garantir o direito à memória e, conseqüentemente, a preservação de fontes documentais e de acervos de memória de instituições escolares? Essa é uma questão relevante e que permeia a nossa discussão. As instituições escolares apresentam-se como espaços portadores de fontes de informações fundamentais para a formulação de pesquisas, interpretações e análises sobre elas próprias, as quais permitem a compreensão do processo de ensino, da cultura escolar e, conseqüentemente, da História da

Educação. Porém, a preservação dessas fontes e da memória que elas representam, sobre um passado de escolarização, com características próprias da instituição escolar aos quais pertencem, ainda é uma questão de pouca importância na sociedade brasileira. Dessa maneira, as escolas sofrem com o abandono de sua documentação, seja pela falta de interesse das instituições envolvidas, pela ausência de políticas institucionais de preservação e pelo descaso com a memória e a cultura em nosso país.

O direito à memória existe e consiste no poder de acessar, utilizar, reproduzir e transmitir o patrimônio cultural, com o intuito de aprender as experiências pretéritas da sociedade e assim acumular conhecimentos e aperfeiçoá-los através do tempo (DANTAS, 2010, p. 66). Constitui o direito de conhecer, resgatar e refletir sobre o passado da sociedade, através do acesso orientado e gratuito ao patrimônio cultural. Não obstante, o direito à memória tem sido associado comumente com outro direito, o da verdade, em consonância às resoluções do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNHD-3). Nele, estes dois direitos são elementos fulcrais à cidadania e ao rol de deveres do Estado (BORGES; BORGES, 2015, p. 163).

Sendo assim, os Centros de Documentação e Memória, bem como os Museus, as Bibliotecas e os Arquivos, devem priorizar “a forma nobre da memória”, tendo suas obras preservadas, garantindo a todos o acesso às fontes de informação; compreendendo o mesmo enquanto direito básico ao cidadão em uma democracia.

Tendo em vista os riscos do efêmero, é fundamental refletirmos sobre as ações que devem ser estabelecidas em prol da preservação da memória, e, conseqüentemente, do direito a ela. Somente através da preservação de documentos de diferentes suportes é possível reconstruir uma história ou a história de uma cultura vivenciada por um grupo de indivíduos, coletiva ou individualmente, dentro daquele espaço escolar. Um acervo escolar precisa ser acessível e disponibilizado a todos que por ele se interessem, pois, a escola não apenas faz parte da cultura que forja nossa identidade, como é expressão física, material, social e coletiva de um projeto político. Logo a memória por ela edificada, mantida ou silenciada refletirá de maneira ímpar na

forma como o perímetro de uma dada memória coletiva e social, mesmo relacionada ao patrimônio cultural ou até científico, ganhará seus contornos e dimensões.

Com efeito, o conjunto de objetos que o Centro de Documentação e Memória reúne no Colégio Pedro II serve para preservar a memória institucional e, acima de tudo, evocar o imaginário a ele associado. Seus documentos se relacionam, portanto, com as práticas cotidianas lá implementadas.

### **Políticas de preservação como mecanismos de afirmação do direito à memória**

A memória pode ser construída e reconstruída a partir de fontes diversas, como, por exemplo, documentos textuais e imagéticos recolhidos de arquivos brasileiros, livros de uma determinada biblioteca pública, registros audiovisuais de um colecionador particular ou, ainda, através de relatos orais de pessoas que viveram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, modos de vida, etc.

A multiplicidade das formas de utilização da informação contribui para a emergente necessidade de maior investimento no que se refere à recuperação e à preservação dos documentos, nos mais variados locais de guarda. Arquivos, Museus, Bibliotecas e Centros de Documentação e Memória constituem grandes tesouros para a compreensão da história e se constituem como guardiões de ricos acervos à espera de investigação. Porém, a preservação de documentos não se dá espontaneamente. Ela necessita do estabelecimento de políticas e estratégias para que possa cumprir seu papel, qual seja: garantir o exercício da memória e da cidadania; garantir o produto intelectual; e, a acumulação do conhecimento e do saber pelo homem, no decorrer da história. “Se aquilo que se preserva é concebido como suporte de informação e como alguma coisa passível de ser utilizada para transmitir (ou ensinar) algo a alguém, pode-se falar em documento e memória”. (CHAGAS, 2003 apud CHUVA; NOGUEIRA, 2012, p. 32).

Neste sentido, o NUDOM vem ao longo do tempo digitalizando seu acervo histórico como forma de preservar o material impresso, disponibilizando para consulta



documentos em formato digital. A motivação da preservação se dá “por questões de cunho cultural, científico – pelo conhecimento que as obras transmitem em vários campos do saber e ético – por não ter o direito de apagar os traços de gerações passadas” (KUHL, 2008 apud SILVA, 2012).

A preservação se destina a salvaguardar e proporcionar a permanência aos diferentes suportes que contêm qualquer tipo de informação. Incluem todas as medidas de gerenciamento administrativo-financeiro, que visam o estabelecimento de políticas e planos de preservação. Nesse sentido, para prolongar a vida de seu acervo, o NUDOM conta com o apoio do Laboratório de Digitalização do Acervo Histórico do Colégio Pedro II (LADAH), onde as diretrizes para a preservação dos documentos históricos e os procedimentos para a sua digitalização são estabelecidos.

Desde o ano de 2006, a digitalização de parte do acervo histórico vem sendo realizada pelo Laboratório segundo um conjunto de prioridades técnicas pré-estabelecidas pelo Núcleo, como: valor histórico e estado de degradação física do item.

O Núcleo pretende com a digitalização proporcionar maior longevidade a seus documentos, restringir o manuseio do original, e disponibilizar para a consulta documentos em formato digital, facilitando e ampliando o acesso aos documentos pelos pesquisadores.

Considerando a importância informacional dos acervos do Colégio para o país e para a sociedade e a crescente produção de trabalhos científicos desenvolvidos pela comunidade de pesquisadores, torna-se necessária a adoção de métodos e procedimentos para tratar os documentos digitais.

Atendendo a essas premissas, o Núcleo em parceria com o Laboratório, o CEDOM e a Comissão de Memória Histórica vêm elaborando projetos e ações para a preservação de seus acervos digitais. Pretende-se, sobretudo, proporcionar aos pesquisadores o acesso ilimitado à memória histórico-institucional e aumentar a visibilidade da instituição em termos de pesquisa histórica.

Atualmente, o Laboratório no âmbito de suas atribuições vem desenvolvendo

estudos baseados nas experiências nacionais e internacionais de outras instituições de ensino e pesquisa, voltados às práticas de preservação digital com o propósito de constituir a Memória Digital do Colégio Pedro II.

O estudo realizado identificou a necessidade do estabelecimento de uma Política de Preservação Digital como parte indispensável para a preservação e acesso aos documentos digitais em longo prazo. Na Política são definidas as normas e diretrizes para criação, armazenamento, acesso, uso, difusão, conservação e preservação de documentos digitais.

Neste sentido, destacam-se dois projetos já em andamento desenvolvidos pelo Laboratório: o Manual para Digitalização de Documentos e a Política para a Implementação do Repositório Institucional.

Para tanto, faz-se necessário coletar e analisar as atividades de diferentes naturezas que estão sendo realizadas no Colégio Pedro II com o propósito de preservar e garantir o acesso permanente aos documentos históricos que se caracterizam por possuir potencial informativo para a pesquisa e como prova e informação/testemunho da história institucional e da educação no Brasil.

Desta forma, pretende-se garantir o direito à memória, democratizando o acesso do pesquisador à informação, preservar e documentar o patrimônio histórico-institucional, bem como a memória nacional, atendendo aos objetivos e finalidades institucionais.

### **Considerações finais**

O Colégio Pedro II é um marco educacional brasileiro. Criado pelo então Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos, visando a dar uniformidade ao ensino da mocidade, constituiu-se como um dos atores no processo de construção da nação. Além disso, foi contemplado com um quadro memorável de docentes. Por toda a sua trajetória de existência, podemos considerá-lo como uma instituição modelar de ensino, onde abriga diversos espaços de “guarda de memória”, destacando-se o NUDOM e os demais setores apresentados, que preservam um acervo de grande

relevância para a história da educação no país.

Constatou-se, com esta pesquisa, que o Centro de Documentação e Memória vem contribuindo, ainda que de forma primária, para a preservação de seu patrimônio cultural, mantendo “vivo” o seu legado recebido do passado, possibilitando diferentes pesquisas nas diversas áreas do conhecimento.

Os projetos de pesquisa desenvolvidos em parceria com docentes e discentes permitem aumentar a visibilidade e transparência das ações do Colégio Pedro II para a comunidade de usuários e sociedade em geral, e promover sua utilização na Instituição e fora dela.

Portanto, o Centro de Documentação e Memória através de seu rico e valioso acervo documental se qualifica como espaço de pesquisa em nível de graduação e pós-graduação e oferece suporte ao trabalho de pesquisa a instituições nacionais e estrangeiras. O objetivo principal do Centro é preservar suas coleções e a memória institucional e tem o compromisso de garantir o acesso irrestrito de suas fontes documentais às gerações futuras.

Preservar a memória é absolutamente essencial para fortalecer a sensação de pertencimento de uma sociedade e a identidade de um povo com sua comunidade, seu estado, seu país. O direito à memória requer que a reconheçamos como um bem público, e nesse sentido, de conhecimento de todos. Uma memória comum (JEDLOWSKI, 2005) à comunidade ou à nação, marcada por seus dispositivos institucionais e culturais. Isso, portanto, faz parte, ou deveria fazer, de uma política.

Ainda há muito a fazer, pois, não existem efetivamente, no Brasil, políticas voltadas para a preservação dos acervos escolares, por exemplo. De acordo com Bonato (2005, p. 214), algumas ações precisam ser tomadas. A autora cita a necessidade de se “fazer um trabalho educativo envolvendo alunos e professores e toda a comunidade escolar de forma a propiciar um espaço para trocas de experiência e reflexão teórico-metodológica, referente ao trato da documentação desse tipo de acervo”. Muitas instituições educacionais, espalhadas pelo nosso vasto país, sofrem constantemente com o descaso dos poderes públicos. Face às condições precárias de

condicionamento e suporte, muitos acervos localizados dentro dos espaços educacionais estão tornando-se suscetíveis à degradação física do material. A falta de verba, associada à falta de profissionais qualificados para restaurar, conservar e preservar os diversos documentos tem prejudicado o andamento de pesquisas e séculos de história da educação brasileira. É preciso que as instituições escolares se unam para garantir o direito à memória da educação brasileira e que políticas de preservação sejam criadas especificamente para esses tipos de acervos. Conforme Bonato (2005, p. 216), “devemos lutar pela preservação e organização dos arquivos escolares, tendo em vista a sua função social e científica na sociedade. Um caminho possível é que se estabeleça efetivamente um trabalho de parceria entre arquivo-escola/escola-arquivo, com a participação de todos”.

A preservação dessas fontes é fundamental para a reconstrução da história das instituições escolares. Como lugares de memória, essas instituições abrigam inúmeros documentos manuscritos e impressos, bem como uma ampla gama de objetos – globo geográfico, mapas, revistas, livros, cadernos, vidrarias, álbuns de retratos, entre outros – que estão à espera de investigação dos pesquisadores.

## Referências

ANDRADE, V. L. C. de Q. **Colégio Pedro II: um lugar de memória**. Orientadora: Eliane Garcindo de Sá. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

ANDRADE, V. L. C.Q. Historiadores do IHGB/Catedráticos do CP II no Império. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 434, p. 219-231, 2007.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: FREITAS, L. S.; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. **Documento**: gênese e contextos de uso. Niterói: EdUFF, 2010. p.161-175.

BONATO, N. M. C. Os arquivos escolares como fonte a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.10, p. 193-220, jul./dez. 2005.

BORGES, A. M. R.; BORGES, C. B. P. O direito à memória e à verdade no Plano Nacional de Direitos Humanos III: um breve inventário. **Revista Jurídica da Presidência**. v.17, n.111, fev./mai. 2015. p.151-172. Disponível em: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1111/1100>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital**: preservar para garantir o acesso. Rio de Janeiro: CONARQ, 2004.

BRASIL. Departamento Administrativo do Pessoal Civil. **Diretrizes da documentação**. Rio de Janeiro: DASP, 1964.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 12 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do

Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jun. 2012. Seção 1, p. 2-3.

BRASIL. Portaria n. 1.019, de 22 de agosto de 1995. Cria o Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/proreitoria/proen/portarias.html?showall=1&limitstart=>>>. Acesso em: 26 set. 2015.

BRASIL. Portaria n. 4.231, de 04 de agosto de 2014. Cria o Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2014/ago/portaria4231.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2015.

CARDOSO, T. M. de M. **Construindo memórias e identidades por meio de narrativas**: as experiências pessoais de docentes e discentes em pertencer ao Colégio Pedro II. Orientadora: Diana de Souza Pinto. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

CÔRBO, Priscila de Assunção Barreto. **Repositório institucional**: um olhar para a preservação e acesso aos documentos de memória histórico-institucional do Colégio Pedro II. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COLÉGIO PEDRO II. **Catálogo de teses, dissertações e monografias do Colégio Pedro II**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2000.

DANTAS, Fabiana. **Direito Fundamental à Memória**. Curitiba: Juruá, 2010.

ESCOLANO BENITO, Agustín; HERNÁNDEZ DÍAZ, José Maria. **La memoria y el deseo**: cultura de la escuela y educación deseada. Valencia, Espanha: Tirant Lo Blanch, 2002.

GASPARELLO, A. M. **Construtores de Identidade**: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004.

HALBWACHS, M. **A memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, v.22, n.36, p.261-273, jul./dez. 2006.

JEDLOWSKI, Paolo. Memória e a mídia: uma perspectiva sociológica. In: SÁ, Celso Pereira de. (Org.). **Imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2003

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: PUC-SP, n.10, 1993. p.7-28.

NUDOM – NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA. **Aniversário de quinze anos do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2010. CD-ROM.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p.17-62.

SILVA, E. M. da. **Inventário analítico e registro de autoridade do Fundo Colégio Pedro II**. Orientadora: Letícia Borges Nedel. Coorientador: Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas,



Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Segurança de acervos culturais**. Rio de Janeiro: MAST, 2012.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV: 2006.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO BENITO, Agustin. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.